



MDHC

MPI
Ministério do Planejamento

IBGE

INMET

5º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 5

Educação, Saúde,
Desenvolvimento Social e
Direitos Humanos - Pós-Edital

PREVIC

MJSP

ANTAO

ANS

MinC
Ministério da Cultura

GESTÃO
gov.br



Simulado

5º Simulado Especial CNU-BT5 (Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 5 - Educação, Saúde, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/x2VvXStLnHs6RaUN6>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/8L1H>

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. A elaboração e implementação de políticas públicas envolve um processo complexo e multidimensional, que inclui a análise e a escolha de alternativas para resolver problemas sociais. Qual das seguintes opções melhor descreve uma característica essencial das políticas públicas que as distingue de outras ações governamentais?

- a) Políticas públicas são sempre de natureza coercitiva, obrigando a sociedade a seguir regras estritas sem espaço para negociação.
- b) Políticas públicas devem ser desenvolvidas com base em uma ampla consulta pública e participação dos cidadãos, buscando legitimar e melhorar a efetividade das ações governamentais.
- c) Políticas públicas são desenhadas exclusivamente para beneficiar grupos específicos dentro da sociedade, sem considerar o bem-estar geral.
- d) Políticas públicas são planejadas sem a necessidade de avaliação contínua de seus resultados e impactos ao longo do tempo.
- e) Políticas públicas são criadas apenas para resolver problemas de curto prazo, sem considerar os efeitos de longo prazo das ações implementadas.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia influente para classificar as políticas públicas. Segundo esta tipologia, qual das seguintes opções melhor descreve as políticas "redistributivas"?

- a) Políticas que estabelecem as regras do jogo político, organizando e regulando o funcionamento do governo e suas relações com os cidadãos.
- b) Políticas que distribuem recursos de forma direta a grupos específicos, com pouco ou nenhum impacto para a sociedade em geral.

- c) Políticas que impõem regulações que restringem ou direcionam comportamentos de indivíduos ou grupos, afetando a sociedade de maneira ampla.
- d) Políticas que envolvem realocação de recursos de um grupo para outro, frequentemente gerando alto grau de conflito político.
- e) Políticas que se concentram exclusivamente em intervenções emergenciais, como respostas a desastres naturais ou crises econômicas.

03. A burocracia de nível de rua desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas, estando na linha de frente do governo e tendo interações diretas com os cidadãos. Qual das seguintes opções melhor descreve um desafio comum enfrentado pelos burocratas de nível de rua?

- a) Implementar políticas públicas sem a necessidade de prestar contas a superiores hierárquicos.
- b) Lidar com a pressão de alta demanda por serviços com recursos limitados, o que pode impactar a qualidade do atendimento.
- c) Criar novas legislações e regulamentos que serão implementados por outros órgãos governamentais.
- d) Participar de negociações internacionais e representar o país em conferências globais.
- e) Supervisionar a administração financeira de grandes orçamentos governamentais sem restrições.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Adriane Fauth*

04. O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista.

No que tange ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

- a) O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.
- b) o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
- c) a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- d) inexistente a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
- e) a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.

05. A respeito do Estado de Direito e democracia assinale a alternativa correta:

- a) O Estado de Direito surge a partir das revoluções grevistas do século XIX.
- b) O Estado de Direito está diretamente ligado ao princípio da eficiência.
- c) Uma democracia pressupõe a existência de direitos e garantias fundamentais, mas não a superioridade da Constituição.
- d) A cidadania plena alcança-se com o exercício de direitos políticos.
- e) A democracia deliberativa é aquela em que há participação do povo não apenas na escolha de representantes, mas especialmente durante todo o processo de tomada de decisões, devendo o Estado assegurar um espaço aberto, livre e igualitário para os indivíduos participarem.

DESAFIOS DO ESTADO**DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Ricardo Torques*

06. Sobre o sistema de governo presidencialista, assinale a alternativa correta:

- a) No presidencialismo, o Presidente da República exerce plenamente o Poder Executivo, acumulando as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- b) No presidencialismo, as relações entre o Executivo e o Legislativo são mais flexíveis, admitindo maiores interferências.
- c) Desde a Proclamação da República, o Brasil sempre adotou o presidencialismo como sistema de governo.
- d) No presidencialismo, há a separação das funções de chefe de estado, comando do poder executivo e políticas públicas, e chefe de governo, representante da unidade nacional e da legitimidade do Estado.
- e) O Brasil não pode ser classificado como um “presidencialismo de coalizão”.

07. Amanda, ao entrar em um estabelecimento comercial, recebeu agressões verbais de outro cliente da loja, que gritava ofensas relacionadas à raça de Amanda. Indignada com a situação, Amanda procurou um advogado para saber mais sobre o crime. O advogado então informou que:

- a) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- b) O repúdio ao racismo não é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- c) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial não é espécie do gênero de racismo.
- d) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- e) O repúdio ao racismo é um dos princípios fundamentais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo;

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. Quanto à transparência ativa, assinale a alternativa que CONTRARIA o Decreto 11.529/2023:

- a) como forma de atender ao direito das pessoas de terem acesso às informações e aos dados

produzidos pela administração pública federal deve se dar ênfase na transparência ativa.

- b) a definição de prioridades de transparência ativa deve considerar o foco no cidadão.
- c) será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- d) as ações de transparência ativa se darão em cumprimento às normas vigentes, por demanda ou interesse coletivo ou geral da sociedade e por iniciativa dos órgãos públicos.
- e) a Advocacia-Geral da União (AGU) manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos e sobre servidores públicos.

09. Considerando as regras legais sobre a transformação digital da Administração Pública, em especial a Lei 14.129/2021, pode-se afirmar que NÃO É finalidade do mecanismo de interoperabilidade de dados entre órgãos públicos:

- a) aprimorar a gestão de políticas públicas.
- b) aumentar a confiabilidade dos cadastros, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes.
- c) viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos.
- d) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, sendo vedado realizar o tratamento de informações a partir do número de inscrição do cidadão no CPF.
- e) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, buscando o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Durante uma conferência sobre governança pública, os servidores judiciais do Tribunal Regional discutiam os princípios fundamentais estabelecidos pelo recente Decreto, que visava aprimorar a administração pública. Os tópicos incluíam a definição de governança pública, valor público, alta administração e gestão de riscos.

Com base no Decreto apresentado, identifique a alternativa correta sobre os conceitos discutidos:

- a) Governança pública é o processo de identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, estabelecido pela alta administração.
- b) Valor público refere-se aos produtos e resultados que atendem exclusivamente às necessidades da administração interna, sem considerar demandas públicas.
- c) Alta administração inclui Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial e servidores de nível 1 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.
- d) Gestão de riscos é um processo temporário estabelecido pela alta administração para identificar eventos de curto prazo que possam impactar a organização.
- e) Governança pública consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO*Paolla Ramos*

11. A crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) em diversos setores da sociedade tem impulsionado a necessidade de criação de legislações específicas para regular seu desenvolvimento e aplicação. Essas normas buscam assegurar que a IA seja utilizada de maneira ética, responsável e benéfica, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. No Brasil, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e a Resolução CNJ 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são exemplos de esforços normativos que estabelecem diretrizes e objetivos para o uso da IA, particularmente no setor público.

A respeito das legislações aplicadas ao uso da Inteligência Artificial, identifique o item INCORRETO:

- a) A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações mais específicas.
- b) São objetivos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis; promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA; remover barreiras à inovação em IA, entre outros.
- c) A IA deve beneficiar as pessoas e o planeta, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.
- d) Em relação à Resolução CNJ 332/2020, a Inteligência Artificial, no âmbito do Poder Judiciário, visa promover o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição, bem como descobrir métodos e práticas que possibilitem a consecução desses objetivos.

e) Conforme a Resolução CNJ 332/2020, as decisões judiciais apoiadas em ferramentas de Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a discriminação, a pluralidade e a solidariedade, auxiliando no julgamento justo, com criação de condições que visem eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE

Géssica Ehle

12. Com o julgamento que culminou na total improcedência da ADI 3239, o STF decidiu pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sem ressalvas ou condicionantes. Sobre a população remanescente de quilombo,

- a) são definidos como sendo grupos étnico-raciais que comprovem a ancestralidade sob a liderança comum de Zumbi dos Palmares
- b) Nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, consagrou-se a “consciência da própria identidade” como critério para determinar os grupos tradicionais — indígenas ou tribais — entendimento não consolidado em meio à jurisprudência brasileira
- c) são legitimados de inúmeras ações afirmativas que visam promover uma reparação histórica, excetuada a aplicação da política que prevê a reserva de vagas
- d) tem assegurado direito à emissão de justo título de propriedade, mediante comprovação de descendência
- e) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde,

incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

13. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

- I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- II. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

14. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem importante papel consolidador das inúmeras jurisprudências firmadas. Em recente edição, datada de 21 de junho de 2024, Edição nº 238, reuniu importantes decisões sobre os Direitos Relativos à Diversidade. Nesse sentido, julgue os itens a seguir classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A pessoa transgênero tem direito fundamental objetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.
- () Operadora do plano de saúde fica obrigada a promover cobertura de cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses em mulher transexual.
- () Sobre o direito à orientação sexual e de gênero, tem-se importante alteração sofrida pela Lei Maria da Penha, a qual passa a prever que as uniões homoafetivas terão o caráter de entidade familiar.

Assinale a alternativa que corresponde a sequência correta:

- a) V-V-V
- b) V-V-F
- c) F-V-V
- d) F-F-F
- e) F-V-F

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Região semiárida mais populosa do mundo, a Caatinga pode alcançar a marca de 90% de seu território com perda de espécies da fauna e flora graças às mudanças climáticas. É o que mostram dois estudos baseados nas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

De acordo com o doutor em ecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mario Ribeiro de Moura, uma das áreas mais afetadas está na Bahia, compreendendo a Chapada Diamantina e o sul do estado.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e o quarto do país em área geográfica, cobrindo 9,9% do território nacional. Ele fica atrás de Amazônia (49,3%), Cerrado (23,9%), e Mata Atlântica (13%), mas, mesmo proporcionalmente, existe uma enorme discrepância em termos de áreas protegidas. Apenas 1,3% da Caatinga está sob proteção, enquanto a Amazônia chega a 49%.

Ainda que naturalmente adaptadas ao clima seco, as estratégias das mais de três mil espécies principais de plantas e animais que compõem a biodiversidade da Caatinga podem não ser suficientes. Com temperaturas cada vez mais altas e períodos de chuvas cada vez mais curtos, o bioma, aos poucos, perde suas riquezas.”.

Fonte: Até a Caatinga está ameaçada: mudanças climáticas podem destruir 90% do bioma. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/asteriscao/ate-a-caatinga-esta-ameacada-mudancas-climaticas-podem-destruir-90-do-bioma-0724>

Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I - O bioma Amazônia é o menos afetado pelas mudanças climáticas devido à sua grande extensão e diversidade de espécies, que garantem sua resiliência.
- II - O Cerrado é altamente vulnerável às mudanças climáticas, com previsões de aumento da temperatura e redução das chuvas, o que pode levar à savanização e à perda de biodiversidade.
- III - O Pantanal, como maior planície alagada do mundo, é capaz de se adaptar às mudanças no regime de chuvas e na temperatura, mantendo sua biodiversidade praticamente intacta.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração. Considerando essa situação, assinale a opção correta com base nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias da Administração Pública:

- a) a conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) se fosse o caso de punir João, Maria poderia instaurar o processo administrativo disciplinar com base apenas na denúncia anônima.
- d) se fosse eleito, João teria que se afastar do cargo efetivo para assumir o mandato eletivo, podendo optar pela remuneração mais vantajosa, ou seja, poderia escolher entre a remuneração do cargo efetivo ou o subsídio do mandato eletivo.
- e) se João for eleito sucessivamente ao cargo eletivo, ficará sujeito à aposentadoria compulsória, no mandato eletivo, ao completar 75 anos de idade.

17. Ana é servidora pública federal e exerce cargo de professora universitária. Buscando aumentar os seus rendimentos mensais, prestou novo concurso, dessa vez para atuar como professora do ensino médio, na rede estadual, obtendo êxito na aprovação e nomeação. Todavia, considerando que estava perto de sua aposentadoria no cargo federal, Ana questionou um especialista sobre a possibilidade de acumulação das remunerações dos cargos e, posteriormente, sobre a possibilidade de acumulação de proventos da aposentadoria.

Tendo em vista a previsão da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal, o especialista respondeu corretamente que:

- a) Ana deverá optar por um dos cargos, uma vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando Ana se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo ou proventos de duas aposentadorias.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Ana poderia acumular, na atividade, o cargo efetivo com um cargo em comissão, se houvesse compatibilidade de horários.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

18. O controle do nível do produto agregado, com o objetivo de atenuar o impacto social e econômico das crises cíclicas da economia, está relacionado à função estatal denominada, segundo Musgrave:

- a) alocativa;
- b) distributiva;
- c) estabilizadora;
- d) regulatória;
- e) orçamentária.

19. Um determinado país adotou o regime de metas de inflação, a ser implementado pelo banco central.

Se a inflação no país exceder as expectativas, superando a meta estabelecida, o banco central deve, para controlar a inflação:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir os gastos do setor público.
- c) aumentar os impostos pagos pelos contribuintes.
- d) alterar a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda nacional.
- e) aumentar os impostos sobre as exportações.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravyelle*

20. A prefeitura de uma cidade média, devido à recente crise econômica, procura aumentar sua capacidade de investimento por meio de transferências voluntárias da União. O prefeito deseja entender as condições estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) LC 101/2000 para receber tais transferências. Considerando as normas da LRF, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A prefeitura pode receber transferências voluntárias da União apenas se estiver em dia com a contribuição para o regime de previdência dos seus servidores, independentemente de sua situação com outras obrigações tributárias.
- b) Para receber transferências voluntárias, a prefeitura deve demonstrar adimplência com suas obrigações junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), mas não é necessário cumprir limites de despesa com pessoal.
- c) A prefeitura precisa garantir apenas a aplicação de no mínimo 15% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino para receber transferências voluntárias.
- d) As Transferências voluntárias para a prefeitura estão condicionadas à implementação de medidas de redução de despesas com pessoal que excedam os limites estabelecidos pela LRF.
- e) Uma prefeitura somente pode receber transferências voluntárias se estiver cumprindo os limites de despesa com pessoal e estiver em dia com suas obrigações tributárias, de acordo com o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. O *balanced scorecard* (BSC) é uma ferramenta desenvolvida por Kaplan e Norton que permite a construção do planejamento estratégico efetivo para as Instituições Públicas, a exemplo do mapa estratégico do PPA 2024-2027, que promove um alinhamento com as diversas agendas transversais, contemplando diversas áreas e ministérios, distribuídos em eixos, objetivos estratégicos e programas. (mapa estratégico disponível no sítio <https://www.gov.br/planejamento/documentos-hospedados-para-gerar-qrcodes/mapa-estrategico-do-ppa>).

Acerca do planejamento governamental, do Balance Scorecard e da metodologia OKR – *Objectives and Key Results* – avalie as alternativas e aponte a correta.

- a) O planejamento governamental busca conjugar a vontade política com as especificidades técnicas para atingir seus objetivos. Os Objetivos estratégicos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças a serem realizadas e devem ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave, os quais será atribuída uma meta a ser atingida.
- b) O BSC funciona como uma ferramenta gerencial, adaptado à administração pública, podendo apresentar somente três perspectivas, a exemplo da perspectiva financeira, do cliente ou sociedade e governamental.
- c) O BSC é uma ferramenta utilizada para planejar a estratégia organizacional, privilegiando na administração pública a perspectiva da sociedade. Busca estratégias e ações equilibradas em todas as áreas que afetam o negócio como um todo.
- d) O planejamento governamental utiliza a metodologia OKR que prevê a definição dos objetivos, preferencialmente, em ciclos mais

longos, com iniciativas que incentivem o alcance das metas. Busca segmentar os objetivos da instituição, da equipe e das pessoas em resultados cuja medição seja possível.

- e) Para a definição dos objetivos, a metodologia OKR utiliza predominantemente o modelo *top-down*, a fim de obter o alinhamento estratégico necessário para que a implementação dos objetivos ganhe força e velocidade junto às equipes.

22. De acordo com Chiavenato, mais importante que o Plano é o processo de construção do planejamento estratégico, que envolve a definição de processos e projetos que precisam ser gerenciados, para a o alcance dos resultados desejados, promovendo as mudanças que a organização necessita. Acerca dos temas, assinale a alternativa correta.

- a) Nos processos de verificação dos impactos dos projetos governamentais, a avaliação precisa de informações do processo de monitoramento e deve ser realizada por equipe mista – interna e externa – por questões de confiabilidade dos dados.
- b) A estratégia de liderança de custo tem a menor variedade possível de produtos para aproveitar as economias de escopo.
- c) Nas avaliações dos projetos governamentais, a avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.
- d) O gerenciamento por processos diferencia-se do gerenciamento de projetos porque esse identifica tanto os clientes quanto os fornecedores, assim como as entradas e saídas.
- e) Uma organização que atua com estratégia de enfoque procura ser a única empresa com certos atributos valiosos e importantes para todos os compradores da indústria.

23. Quando se trata de gestão de projetos, o Termo de Abertura do Projeto (TAP) é um documento que formalmente autoriza a existência de um projeto e dá ao gerente do projeto a autoridade necessária para aplicar recursos organizacionais às atividades do projeto. A Especificação do Trabalho do Projeto (ETP) é uma descrição narrativa dos produtos, serviços ou resultados a serem entregues por um projeto. Levando-se em consideração a ETP, qual o elemento que ela informa como entrada para desenvolver o TAP.

- a) Necessidade de negócios de uma organização, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental ou uma consideração ambiental.
- b) O plano de gerenciamento do projeto, que define, prepara e coordena todos os planos auxiliares e integra-os a um plano de projeto abrangente.
- c) A realização do controle integrado de mudanças que mostra como se deve realizar todas as mudanças, como aprová-las e gerenciá-las.
- d) O plano de gerenciamento de riscos que define como conduzir as atividades de gerenciamento dos riscos de um projeto.
- e) O plano de gerenciamento da qualidade que identifica os requisitos e/ou padrões de qualidade e suas entregas.

24. A administração pública, desde 1995, com o lançamento do PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, vem buscando o desafio de promover uma mudança cultural de valorização do servidor público, através de instrumentos de motivação, profissionalização, liderança participativa entre outros, a partir dos conceitos ligados à atuação da gestão estratégica de pessoas no serviço público. Sobre o tema, é correto afirmar.

- a) A gestão estratégica de pessoas constitui um conjunto de atividades de aprendizagem e desenvolvimento que estão verticalmente alinhadas e horizontalmente integradas e que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.
- b) As funções administrativas características da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas incluem a realização de rotinas típicas de departamento pessoal e a elaboração de políticas de desenvolvimento e de gestão de desempenho de pessoas.
- c) No âmbito da gestão de pessoas, objetivos desafiadores, possíveis e determinados pelos indivíduos que não tenham autoeficácia promovem maior motivação e conseqüentemente melhores desempenhos.
- d) No modelo contingencial de Fiedler, o estilo de liderança orientado para a tarefa é o mais indicado para as situações moderadas relacionadas com a estrutura da tarefa, relacionamento líder-liderado e poder de posição do líder.
- e) O Método da Escala Gráfica consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por meio de frases descritivas, colocadas em blocos, nos quais o avaliador escolhe, forçosamente, apenas uma ou duas alternativas, que mais se aplicam ao desempenho do avaliado.

GESTÃO DE RISCOS*Stefan Fantini*

25. De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, na implementação e atualização do modelo de gestão de riscos, a alta administração, bem como seus servidores ou funcionários, deverá observar os seguintes componentes da estrutura de gestão de riscos:

- a) ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta a riscos; atividades de controles internos; informação e comunicação e; monitoramento
- b) ambiente externo; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta a riscos; atividades de controles externo; informação e comunicação e; monitoramento
- c) ambiente externo; fixação de objetivos; identificação de objetivos; avaliação de riscos; resposta a riscos; atividades de controles externo; informação e comunicação e; monitoramento
- d) ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de objetivos; avaliação de objetivos; resposta a riscos; atividades de controles internos; informação e comunicação e; monitoramento
- e) ambiente externo; fixação de objetivos; identificação de objetivos; avaliação de objetivos; resposta a riscos; atividades de controles internos; informação e comunicação e; monitoramento

26. De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1 de 2016, os órgãos e entidades, ao efetuarem o mapeamento e avaliação dos riscos, deverão considerar, entre outras possíveis, as seguintes tipologias de riscos:

- a) riscos estratégicos; riscos de táticos; riscos operacionais.
- b) riscos operacionais; riscos de imagem/reputação do órgão; riscos legais e; riscos financeiros/orçamentários.
- c) riscos operacionais; riscos à integridade e; riscos estratégicos
- d) riscos inerentes e riscos residuais.
- e) riscos estratégicos; riscos inerentes; riscos à integridade e; riscos residuais.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES*André Rocha*

27. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) trouxe inovações importantes em relação à sustentabilidade. Em relação às disposições dessa lei sobre sustentabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A nova Lei de Licitações exclui a exigência de critérios ambientais na avaliação de propostas, priorizando o menor preço como fator decisivo.
- b) A Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração Pública estabeleça critérios de sustentabilidade para contratos de obras públicas, excluindo aquisições de bens e serviços.
- c) Os anteprojotos de engenharia e os projetos básicos devem considerar o impacto ambiental do empreendimento.
- d) No processo de licitação, deve ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.
- e) O “desenvolvimento nacional sustentável” é um visto como um fundamento do processo licitatório.

CONTROLES INTERNO E EXTERNO E LGPD*Antônio Daud*

28. Assinale a alternativa que NÃO prevê órgão componente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), segundo dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD:

- a) Conselho Diretor, seu órgão máximo de direção.
- b) Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPDP).
- c) Corregedoria.
- d) Procuradoria.
- e) Conselho Fiscal.

29. Em relação controle externo judicial dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) realiza exclusivamente o controle de legalidade dos atos administrativos.
- b) permite aferir a legalidade do exercício do poder discricionário por parte do administrador público.
- c) não poderá utilizar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como critérios para exame da conduta do administrador.
- d) não poderá substituir o mérito do administrador, contido no ato, pelo seu juízo de conveniência.
- e) em razão do princípio da inércia da jurisdição, em regra não age de ofício, apenas mediante provocação dos legitimados.

30. Em relação a processo de padronização e às regras legais aplicáveis às compras governamentais, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) O processo de padronização deverá conter parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão, bem como síntese da justificativa e

descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.

- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.
- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) A Administração poderá exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, durante a fase de habilitação, como requisito de qualificação técnica.

EIXO TEMÁTICO 2**AS DIFERENTES CONCEITUAÇÕES DE
POLÍTICAS PÚBLICAS***Stefan Fantini*

31. Programas como reforma agrária e cotas raciais em universidades são exemplos de políticas:

- a) Distributiva
- b) Redistributiva
- c) Regulatória
- d) Constitutiva
- e) Efetividade-Custo

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

32. Os arranjos institucionais desempenham um papel crucial na implementação de políticas públicas, influenciando como as políticas são aplicadas e geridas. Qual das seguintes opções melhor exemplifica um arranjo institucional que pode melhorar a implementação de políticas públicas?

- a) Implementar uma abordagem de cima para baixo, onde todas as decisões e diretrizes são impostas pelo governo central sem consulta aos governos locais.
- b) Delegar a responsabilidade total da implementação de políticas a empresas privadas, removendo o papel de supervisão do governo.
- c) Integrar mecanismos de feedback contínuo entre as diferentes agências e níveis de governo para ajustar as políticas com base na realidade prática e nas necessidades emergentes.
- d) Concentrar a formulação e implementação de políticas em um único órgão central para garantir coerência e uniformidade em todo o território nacional.
- e) Remover todas as regulamentações e procedimentos burocráticos para agilizar a execução das políticas públicas, minimizando a intervenção governamental.

**A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS***Ricardo Torques*

33. Visando a diversidade e a inclusão nas políticas públicas, a Lei nº 13.146/18 trouxe diversas medidas para a inclusão das pessoas com deficiência. Sobre o direito à saúde, assinale a alternativa correta:

- a) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico, inclusive para seus familiares, excluídos os atendentes pessoais.
- b) Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, sempre de forma presencial.
- c) Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- d) Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência exclusivamente física.
- e) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, sendo vedada a justificação de impossibilidade.

AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS EM LARGA ESCALA NACIONAIS E INTERNACIONAIS: OBJETIVOS, ABRANGÊNCIA E PÚBLICO-ALVO*Carla Abreu*

34 No que refere às avaliações educacionais em larga escala, exames e suas características, analise as assertivas que seguem:

I O Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, é um conjunto de avaliações externas em larga escala, obrigatórias para as escolas públicas e tem por objetivo, dentre outros, desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa.

II O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

III As despesas decorrentes da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica correm à conta das dotações orçamentárias do FNDE e observarão os limites estabelecidos na legislação orçamentária.

Está correto que se afirma somente em:

- a) apenas I
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas I e III.

EXAMES DE CERTIFICAÇÃO E CENSO, EDUCAÇÃO, ESTADO, SOCIEDADE E ECONOMIA, A EDUCAÇÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL*Mariana Paludetto*

35. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma importante ferramenta para a certificação de conclusão do ensino fundamental e médio no Brasil. Considere que um estudante obteve as seguintes notas nas quatro áreas de conhecimento avaliadas pelo ENCCEJA do ensino médio:

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: 110 pontos

Matemática e suas Tecnologias: 120 pontos

Ciências da Natureza e suas Tecnologias: 130 pontos

Ciências Humanas e suas Tecnologias: 140 pontos

Para obter a certificação, é necessário alcançar no mínimo 100 pontos em cada área de conhecimento. Sabendo que as notas do ENCCEJA são calculadas com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), que considera a dificuldade das questões, a discriminação e o acerto casual, qual das seguintes afirmações é verdadeira sobre a possibilidade de certificação desse estudante?

- a) O estudante não obterá a certificação, pois é necessário alcançar uma média de 120 pontos nas quatro áreas de conhecimento.
- b) O estudante obterá a certificação apenas se realizar uma redação com nota mínima de 5,0.
- c) O estudante obterá a certificação, pois alcançou a pontuação mínima necessária em todas as áreas de conhecimento.
- d) O estudante não obterá a certificação, pois é necessário alcançar no mínimo 120 pontos em todas as áreas de conhecimento.
- e) O estudante obterá a certificação apenas se atingir 150 pontos em pelo menos uma das áreas de conhecimento.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO*Jaqueline Santos*

“No âmbito da educação escolar procedeu-se ao ajuste do sistema de ensino à nova situação decorrente do golpe militar de 1964. Isto foi feito por meio da lei 5.540/68 e do decreto 464/69 no que se refere à reforma do ensino superior e pela lei 5.692/71 no tocante aos ensinos primário e médio que passaram a ser denominados de 1º e 2º graus. Em termos teóricos buscou-se imprimir uma nova orientação pedagógica inspirada na “teoria do capital humano”.

As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira
Dermeval Saviani

36. A Teoria da Educação e Concepção Pedagógica, a qual está se referindo o fragmento

- a) Concepção Pedagógica Tradicional Religiosa.
- b) Concepção Pedagógica Tradicional Leiga.
- c) Concepção Pedagógica Renovadora.
- d) Concepção Pedagógica Produtivista.
- e) Concepção Pedagógica Contra-Hegemônicas.

IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO. PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES TEÓRICAS - HUMANISTA, COGNITIVISTA, COMPORTAMENTALISTA, PSICOSSOCIAL, HISTÓRICO-CULTURAL, INTERACIONISTA. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: OBJETO DE ESTUDO, DESENVOLVIMENTO E PRINCIPAIS TEÓRICOS*Romário Falci*

37. “_____ privilegia a maturação biológica. _____, por aceitar que os fatores internos preponderam sobre os externos, postula que o desenvolvimento segue uma sequência fixa e universal de estágios. _____, ao salientar o ambiente social em que a criança nasceu, reconhece que, em se variando esse ambiente, o

desenvolvimento também variará. _____ acredita que a aprendizagem subordina-se ao desenvolvimento e tem pouco impacto sobre ele. Com isso, ele minimiza o papel da interação social. _____ ao contrário, postula que desenvolvimento e aprendizagem são processos que se influenciam reciprocamente, de modo que, quanto mais aprendizagem, mais desenvolvimento.”

Considerando essas diferenças entre Piaget e Vygotsky, assinale a alternativa que completa de forma correta a afirmação.

- a) Piaget / Piaget / Vygotsky / Piaget / Vygotsky
- b) Vygotsky / Piaget / Piaget / Vygotsky / Piaget
- c) Piaget / Vygotsky / Vygotsky / Piaget / Piaget
- d) Vygotsky / Piaget / Vygotsky / Piaget / Piaget
- e) Vygotsky / Piaget / Vygotsky / Piaget / Vygotsky

POLÍTICA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA*Alexandre Herculano*

38. No contexto da Política de Justiça e Segurança Pública, qual dos seguintes princípios fundamentais é essencial para garantir a eficácia e a legitimidade das ações do Estado?

- a) Impunidade reversa.
- b) Ação institucionalizada.
- c) Legalidade estrita.
- d) Simplicidade restrita.
- e) Cooperação internacional inconstante.

POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÕES (LEI NO 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017)*Áulus Dias*

39. De acordo com a Lei de Migração (Lei nº 13.445/17), pode ser impedida de ingressar no País, após entrevista individual e mediante ato fundamentado, a pessoa:

- a) anteriormente expulsa do País, por prazo indeterminado.
- b) condenada ou que esteja respondendo a processo em outro país por crime doloso ou culposo.
- c) suspeita de ter fraudado documentação ou prestado informação falsa por ocasião da solicitação de visto.
- d) que não apresente documento de viagem, ainda que apresente documento de identidade, quando admitido.
- e) que apresente documento de viagem que esteja com indício de falsificação.

POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO*Jonathan Roitman*

40. Para compreendermos a dinâmica das medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, precisamos conhecer, previamente, algumas definições, dentre elas, a definição de Incubadora de Empresas. A alternativa que a conceitua corretamente é:

- a) Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho
- b) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado

sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos

- c) Estrutura constituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei
- d) Organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação
- e) Complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si

EIXO TEMÁTICO 3**EPIDEMIOLOGIA, VIGILÂNCIA, ESTUDOS E INDICADORES EM SAÚDE***Thaysa Vianna*

41. As medidas de frequência da epidemiologia são definidas a partir de dois indicadores que fazem parte da categoria coeficientes: a prevalência e a incidência. Sendo assim, assinale a alternativa que corresponde ao conceito de incidência.

- a) Expressa o número de casos existentes de uma doença ou um fenômeno de interesse em um dado momento.
- b) Frequência de casos novos de uma determinada doença ou problema de saúde em uma população com risco de adoecimento ao longo de determinado período.
- c) Expressa como uma porcentagem, representando a proporção de pessoas afetadas pela condição em relação à população total.
- d) Frequência de casos novos, incluindo casos existentes de uma determinada doença, ao longo de um determinado período.
- e) Inclui não só o número dos eventos, mas também as taxas ou os riscos de doença na população.

42. Os indicadores de saúde e outros dados epidemiológicos possibilitam realizar o diagnóstico em saúde de uma determinada população ou de sua amostra e subsidiam a implementação de medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças coletivamente. O número de pessoas afetadas na população em um tempo específico, dividido pelo número de pessoas na população nesse tempo, corresponde a:

- a) Incidência.
- b) Odds Ratio.
- c) Prevalência.
- d) Intervalo de confiança.

e) Taxa de mortalidade.

CENÁRIO EPIDEMIOLÓGICO DCNT E AGRAVOS DA SAÚDE*Guilherme Gasparini*

43. Considerando como uma das doenças transmissíveis de maior importância para a saúde pública brasileira, a tuberculose ainda impacta as populações de maior vulnerabilidade no contexto social. Sobre a tuberculose é correto afirmar que:

- a) A tuberculose é transmitida pelo contato íntimo e prolongado com o doente não tratado. O principal método diagnóstico é o raspado intradérmico.
- b) O indivíduo com tuberculose demonstra, principalmente, sintomas respiratórios, sendo estes de menor importância para a busca ativa na comunidade.
- c) A busca ativa do sintomático respiratório na comunidade deve ser prioridade para interromper a cadeia de transmissão do bacilo de Hansen.
- d) Os sinais e sintomas são caracterizados por manchas e adormecimento da pele, além do comprometimento de nervos periféricos, como face, pés e mãos.
- e) A transmissão da tuberculose é realizada pelos aerossóis do indivíduo contaminado pelo bacilo de Koch. O principal método diagnóstico é a baciloscopia direta do escarro.

**SUS, GESTÃO EM SAÚDE E TEMAS
CORRELATOS***Lígia Carvalheiro*

44. A Saúde do Trabalhador é um campo de atuação do Sistema Único de Saúde, descrito no artigo 6º da Lei 8.080/90. Outro campo de atuação pertinente está descrito INCORRETAMENTE na alternativa:

- a) a vigilância nutricional e a orientação alimentar
- b) o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde
- c) a participação no controle e na fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos
- d) execução de ações de vigilância de zoonoses
- e) a formulação e execução da política de sangue e seus derivados

**LEGISLAÇÃO – DESENVOLVIMENTO SOCIAL:
CONSTITUIÇÃO FEDERAL***Fábio Ramos*

45. Está expressamente na Constituição federal de 1988 em seu artigo 203 que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, exceto:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) o amparo às crianças e adolescentes e idosos carentes.
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

ASSISTÊNCIA SOCIAL*Nilza Ciciliati*

46. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um conjunto de diretrizes, princípios e ações voltadas para a organização e oferta dos serviços socioassistenciais no Brasil. Sobre a Política Nacional de Assistência Social, marque V para os itens verdadeiros e F para os itens falsos:

- () Segundo a PNAS, são três os eixos estruturantes e subsistemas que compõem a gestão do Sistema Único de Assistência Social: a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político-administrativa e o Controle Social
- () A PNAS organiza os serviços socioassistenciais no SUAS segundo as referências de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.
- () A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) concretiza a proteção social através da segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que asseguram a proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento.
- () A PNAS tem como diretriz contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

Assinale a alternativa que indica a sequência:

- a) F - F - F - V
- b) F - V - V - F
- c) V - F - V - F
- d) F - V - V - V
- e) V - F - F - F

47. As reconfigurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, ressignificando as formas de composição e o papel das famílias. Nesse sentido, a PNAS

- a) entende a família como um conjunto de pessoas que inclui apenas parentes de sangue, excluindo as pessoas que mantêm apenas laços emocionais ou de apoio mútuo.
- b) adota uma visão abrangente e inclusiva de família, entendida como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.
- c) reconhece a família como base da sociedade, que tem especial proteção dos seus integrantes.
- d) reconhece que a realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de despenalização e proteção das famílias brasileiras.
- e) destaca a matricialidade sociofamiliar como um papel importante dessa política, no sentido de reconhecer o papel de proteção das famílias como responsabilidade exclusiva de seus membros.

SEGURIDADE SOCIAL

Rubens Maurício

48. A Seguridade Social no Brasil é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa abaixo que descreve corretamente um dos princípios ou objetivos fundamentais da Seguridade Social.

- a) A universalidade da cobertura e do atendimento, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde, previdência e assistência social, independentemente de contribuição.

b) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, priorizando apenas os trabalhadores formais e seus dependentes.

c) A uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, assegurando que os trabalhadores rurais tenham benefícios inferiores aos dos trabalhadores urbanos.

d) A irredutibilidade do valor dos benefícios, garantindo que os benefícios previdenciários possam ser reduzidos em caso de crise econômica.

e) A equidade na forma de participação no custeio, de forma que as contribuições sejam distribuídas de maneira justa entre os diferentes contribuintes, levando em consideração a capacidade contributiva de cada um.

CONVENÇÃO Nº 102 DA OIT

Ricardo Torques

49. Joana, que atende todas os requisitos para conseguir o auxílio maternidade previsto na Convenção nº 102 da OIT, está grávida. Nessa situação e conforme a convenção:

a) As contingências seguradas compreenderão a apenas a gravidez, não sendo previsto na convenção a proteção ao parto, figura assegurada apenas pela legislação nacional.

b) As contingências seguradas compreenderão a apenas a gravidez e o parto, não sendo previsto na convenção as eventuais consequências desses eventos.

c) O serviço médico deverá compreender pelo menos o pré-natal, parto e tratamento pós-parto, tanto por médicos ou por parteiras qualificadas.

d) O serviço médico deverá compreender pelo menos o pré-natal, parto e tratamento pós-parto, feito necessariamente por médicos qualificados.

e) O serviço médico será fornecido com o objetivo único de reestabelecer a saúde da mulher segurada, visando garantir a sua capacidade para o trabalho.

SEGURANÇA ALIMENTAR*Amanda Menon*

50. Segundo a LOSAN (Lei nº 11.346/2006), entende-se por _____ a realização do direito de todos ao acesso _____ a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras _____, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a _____ e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente _____.

- a) Direito Humano à Alimentação Adequada; especial e intermitente; pessoas essenciais; participação social; aceitas.
- b) Segurança Alimentar e Nutricional; regular e permanente; necessidades essenciais; diversidade cultural; sustentáveis.
- c) Vigilância Alimentar e Nutricional; especial e momentâneo; escolhas essenciais; agenda institucional; duradouras.
- d) Programa Nacional de Alimentação e Nutrição; imediato e tecnológico; famílias presenciais; responsabilidade estrutural; efetivas.
- e) Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; estratégico e diversificado; comunidades essenciais; adesão legal; naturais.

EIXO TEMÁTICO 4**DIREITO HUMANOS***Ricardo Torques*

51. O Pacto de San José da Costa Rica é o principal instrumento para a implementação dos Direitos Humanos no âmbito da OEA. Editado em 1969, foi ratificado e promulgado pelo Brasil somente em 1992. Sobre o documento, assinale a alternativa correta:

- a) O Pacto de San José da Costa Rica previu direitos de segunda e terceira dimensão.
- b) O normativo previu expressamente o princípio da presunção de inocência, mas não houve menção ao princípio da não autoincriminação.
- c) O Pacto não previu limitações à liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças, sendo tal situação prevista na legislação interna.
- d) Os direitos assegurados no Pacto de San José da Costa Rica poderão ser suspensos nos casos de guerra, de perigo público ou de emergência que ameace a independência ou a segurança do Estado.
- e) Em caso de guerra, é possível a supressão dos direitos políticos.

52. Débora foi vítima de violência policial por homofobia. Ao levar o fato às autoridades estaduais, houve uma mora desproporcional, com mais de 5 anos de processo sem uma resolução de mérito. Diante do caso:

- a) Por mais que haja o descumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, a matéria é de competência estadual e não poderá ser levada à justiça federal.
- b) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Advogado Geral da União, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, apenas na fase do inquérito, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- d) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Advogado Geral da União, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, apenas na fase do inquérito, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- e) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de

Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

53. As crianças e os adolescentes possuem vulnerabilidades particulares, as quais devem ser levadas em consideração a fim de garantir os direitos fundamentais. Por essa razão, a Lei nº 8.069/90 traz o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes. Assinale a alternativa em desacordo com o normativo:

- a) Não é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, devendo ser levado em consideração o arbítrio dos pais.
- b) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a desenvolver atividades de educação, de conscientização e de esclarecimentos a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério.
- c) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- d) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- e) Os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, independentemente de recebimento de recursos públicos, deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores.

54. Lucas e João, advogados que atuam na área dos direitos humanos, estavam conversando sobre as principais características da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Lucas afirmou que:

- I. A Declaração Universal de Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, e é o principal instrumento do Sistema Global,
- II. A Declaração é a principal contribuição para a universalização da proteção ao ser humano.
- III. A DUDH prevê direitos de primeira e segunda geração.

É correto afirmar que:

- a) Lucas está correto quanto à proposição I.
- b) Lucas está correto quanto à proposição I e II.
- c) Lucas está correto quanto à proposição I, II e III.
- d) Lucas está correto quanto à proposição I e III.
- e) Lucas está correto quanto à proposição II.

55. No ano de 1989, em junho, foi aprovada, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, a Convenção de nº 169, que trata sobre os direitos dos Povos Indígenas e Tribais. Essa Convenção foi ratificada pelo Estado Brasileiro em 2002, incorporando-se ao nosso direito no ano de 2004, através do Decreto presidencial nº 5.051. Sobre o normativo, assinale a alternativa correta:

- a) A adoção de medidas especiais para a salvaguarda de pessoas, instituições, bens, da cultura e do meio ambiente dos povos indígenas e tribais, pela relevância do direito, pode ir contra os desejos expressos dos próprios povos.
- b) Ao aplicar a legislação nacional aos povos interessados, deverão ser levados na devida consideração seus costumes ou seu direito consuetudinário.
- c) Os povos interessados poderão ter o direito de opinar sobre as prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

d) Ainda que compatível com o sistema jurídico nacional, os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos não devem ser levado em consideração, a fim de não prejudicar o princípio da legalidade.

e) Em nenhuma hipótese os povos interessados serão transladados das terras que ocupam.

DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Marco Túlio

56. Uma característica que distingue o período republicano dos anteriores é o fato de o governo não mais se atribuir a promoção do trabalho missionário. No período colonial e no imperial, a Igreja Católica era reconhecida como oficial e a iniciativa da catequese partia do próprio governo.

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Edusp, 2023. p. 252.
Adaptado.

A mudança estabelecida pelo período republicano está relacionada à

- a) suspensão de políticas assistencialistas.
- b) criação de órgãos indigenistas de caráter laico.
- c) preservação efetiva dos territórios dos povos originários.
- d) proibição de serviços missionários em terras indígenas.
- e) conclusão dos processos demarcatórios pendentes.

57. “Não há bens entre eles”, observou Hans Staden. Isso deixou pasmos os colonizadores, que vinham movidos pela ambição de conquistar e enriquecer. Certo chefe tupinambá explicou a um francês por que não se preocupavam com o futuro: “A terra que nos forneceu o necessário para a vida, alimentará também os nossos filhos”.

DONATO, Hernâni. Os povos indígenas no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 2014. p. 32.

Com base no texto, que aborda os povos indígenas do Brasil no século XVI, é possível destacar a:

- a) conciliação entre os sistemas de produção nativos e colonial.
- b) existência de bens coletivos entre as sociedades indígenas.
- c) inexistência de culturas agrícolas entre as populações originárias.
- d) assimilação da lógica de produção indígena pelos colonizadores.
- e) ausência de elementos materiais de propriedade pessoal.

58. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são funções institucionais do Ministério Público:

- a) realizar a declaração dos limites das terras indígenas.
- b) promover os estudos de identificação em processos demarcatórios.
- c) autorizar a exploração de recursos hídricos em terras indígenas.
- d) processar e julgar as disputas sobre direitos indígenas.
- e) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

59. O Estatuto do Índio, seguindo a Convenção de Genebra, da qual o Brasil é signatário, fala em seu artigo primeiro em preservar as culturas indígenas e em integrar os índios, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Distingue, portanto, como o faz a Convenção de

Genebra, entre a assimilação, que rechaça em seu artigo 2º (2c) e a integração.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 102.

Do trecho citado, infere-se que a integração é concebida pela legislação brasileira como

- a) a prescrição de direitos transnacionais aos indígenas americanos.
- b) a garantia da tutela do Estado sobre as sociedades tradicionais.
- c) a instituição da propriedade dos indígenas sobre seus territórios.
- d) o reconhecimento de garantias jurídicas às populações originárias.
- e) a supressão de práticas culturais alheias aos grupos não indígenas.

60. No que diz respeito à demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, é incorreto afirmar que:

- a) é fundamentada em estudos de natureza etnohistórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, conduzidos por um grupo técnico especializado.
- b) o grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.
- c) diante da conclusão dos trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresenta um relatório circunstanciado ao Ministério da Justiça, que delibera sobre a homologação da terra indígena.
- d) o grupo técnico solicitará, quando for o caso, a colaboração de membros da comunidade científica ou de outros órgãos públicos para embasar seus estudos.
- e) o levantamento fundiário será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico.

EIXO TEMÁTICO 5**PESQUISA E AVALIAÇÃO***Carla Abreu*

61. Uma empresa de tecnologia deseja entender o perfil de seus clientes para melhorar o desenvolvimento de novos produtos. Para isso, ela decidiu aplicar um questionário online para coletar informações sobre a idade, gênero, profissão e preferências de uso dos produtos. Qual tipo de pesquisa está sendo utilizada?

- a) Pesquisa Explicativa
- b) Pesquisa Exploratória
- c) Pesquisa Descritiva
- d) Pesquisa Qualitativa
- e) Pesquisa Experimental

62. Uma ONG está começando um novo projeto para reduzir o desperdício de alimentos em comunidades urbanas, mas sabe pouco sobre os hábitos alimentares locais e a magnitude do problema. Qual tipo de pesquisa seria mais adequada para iniciar esse projeto?

- a) Pesquisa Explicativa
- b) Pesquisa Exploratória
- c) Pesquisa Descritiva
- d) Pesquisa Quantitativa
- e) Pesquisa Experimental.

63. Um pesquisador está estudando a relação entre a qualidade do sono e o desempenho acadêmico dos estudantes universitários. Ele deseja entender se a melhora na qualidade do sono pode levar a um melhor desempenho nas provas. Qual tipo de pesquisa é essa?

- a) Pesquisa Descritiva
- b) Pesquisa Exploratória
- c) Pesquisa Explicativa

- d) Pesquisa Qualitativa
- e) Pesquisa Quantitativa

64. Uma empresa de marketing deseja medir a eficácia de uma nova campanha publicitária. Eles decidem realizar uma pesquisa onde irão coletar dados sobre o aumento das vendas e comparar os números antes e depois da campanha. Qual tipo de pesquisa é essa?

- a) Pesquisa Qualitativa
- b) Pesquisa Descritiva
- c) Pesquisa Exploratória
- d) Pesquisa Quantitativa
- e) Pesquisa Experimental.

65. Um sociólogo está interessado em entender as experiências de refugiados em uma cidade específica. Ele conduz entrevistas em profundidade para coletar narrativas pessoais e entender melhor suas experiências e desafios. Qual tipo de pesquisa está sendo utilizada?

- a) Pesquisa Quantitativa
- b) Pesquisa Descritiva
- c) Pesquisa Explicativa
- d) Pesquisa Qualitativa
- e) Pesquisa Experimental.

66. O governo municipal está planejando a construção de uma nova estrada de rodagem que cortará uma área de preservação ambiental. Qual tipo de estudo é mais adequado para avaliar os impactos dessa construção sobre o meio ambiente?

- a) Estudo de Impacto Social (EIS)
- b) Estudo de Impacto Econômico (Eie)
- c) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)
- d) Estudo de Impacto Ambiental (Ela)
- e) Estudo de Impacto Regulatório (EIR)

67. Ao final de uma política pública de incentivo ao empreendedorismo, o governo deseja verificar se os objetivos foram alcançados e os recursos utilizados de forma eficiente. Qual tipo de avaliação deve ser realizada?

- a) Avaliação Diagnóstica ou ex-ante
- b) Avaliação Formativa
- c) Avaliação Somativa ou Ex-post
- d) Avaliação de Impacto Ambiental
- e) Avaliação de Impacto Social.

68. Durante a implementação de uma política pública de saúde, o governo deseja fazer ajustes contínuos baseados no desempenho observado. Qual tipo de avaliação deve ser usada?

- a) Avaliação Diagnóstica ou ex-ante
- b) Avaliação Somativa ou Ex-post
- c) Avaliação de Impacto Ambiental
- d) Avaliação Formativa
- e) Estudo de Impacto Regulatório

69. Imagine que você está desenvolvendo uma pesquisa sobre os efeitos do exercício físico na saúde mental de idosos. Para garantir a validade dos resultados, você decide realizar uma revisão sistemática. Qual é a principal etapa inicial deste processo?

- a) Avaliação da qualidade dos estudos
- b) Busca e seleção de estudos
- c) Formulação da pergunta de pesquisa
- d) Síntese dos resultados
- e) Interpretação dos resultados e conclusões.

70. Durante a condução de uma revisão sistemática sobre a eficácia de um novo medicamento, os pesquisadores encontraram uma quantidade significativa de estudos com métodos variados. Qual etapa do processo ajudará a determinar a qualidade metodológica desses estudos?

- a) Busca e seleção de estudos
 - b) Formulação da pergunta de pesquisa
 - c) Avaliação da qualidade dos estudos
 - d) Síntese dos resultados
 - e) Interpretação dos resultados e conclusões.
-

Discursiva

Nos últimos anos, políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação têm explorado a busca por fontes de energia sustentáveis, dada a urgência em reduzir a emissão de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas. As energias renováveis, como solar, eólica, hídrica, maremotriz, geotérmica e bioenergia, emergem como alternativas promissoras às fontes fósseis tradicionais. Cada uma dessas fontes apresenta características únicas, benefícios específicos e desafios particulares. A transição para um futuro energético sustentável depende da combinação dessas tecnologias e da superação dos obstáculos associados a cada uma.

Com base no texto motivador, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A importância das energias renováveis na matriz energética global

Ao elaborar seu texto, aborde as vantagens e desafios de pelo menos três fontes de energia renovável, utilize argumentos fundamentados e exemplos concretos para sustentar sua posição.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
